

GOVERNO BOLSONARO

PF vê participação de ministro do Turismo em esquema de laranjas

Investigação sob sigilo suspeita de falsidade ideológica de Marcelo Álvaro Antônio, que diz haver ilações sem base e confiar na Polícia Federal



Camila Mattoso

BRASÍLIA Após 30 dias de investigação, a Polícia Federal vê elementos de participação de Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo, no [esquema de candidaturas de laranjas do PSL](#) em Minas Gerais na eleição de 2018.

Investigadores apuram inicialmente a suspeita do crime de falsidade ideológica. Outro crime em apuração é o de lavagem de dinheiro.

Depoimentos prestados (entre eles o de um nome inédito até aqui), áudios obtidos pela PF e documentos colhidos levam a investigação do caso ao ministro do Turismo do governo Jair Bolsonaro. O próximo passo é aprofundar as investigações para identificar qual foi a participação do ministro em eventuais crimes.



O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL) - Pedro Ladeira - 15.mar.2019/Folhapress

A **Folha** revelou em fevereiro que Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em Minas Gerais na última eleição, [patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas](#) com uso de verba pública eleitoral. Ele nega irregularidades.

O jornal mostrou também ou 5.abr.2019 às 2h00 ernambuco. O escândalo levou à queda do ministro Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência —ele era presidente nacional do PSL no ano passado.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que a situação do ministro do Turismo causa desgaste para o governo e que espera a conclusão da apuração da PF para decidir o destino de Álvaro Antônio.

Além de depoimentos de candidatas usadas como laranjas, a PF colheu e recebeu documentos que estão sendo considerados importantes para o inquérito —que não tem previsão para ser concluído.

[Zuleide Oliveira](#), 42, de Santa Rita de Caldas (MG), que envolveu o ministro diretamente no caso em entrevista à **Folha** em março, entregou recibos de pedágio como forma de provar que se deslocou para Belo Horizonte no dia em que disse ter tido uma reunião com Álvaro Antônio, em setembro do ano passado.

Ela reafirmou à polícia que o ministro lhe ofereceu dinheiro do fundo partidário para sua campanha, no valor de R\$ 60 mil, com a condição de que ela devolvesse R\$ 45 mil.

O encontro ocorreu, segundo Zuleide, no escritório do político na capital mineira, em um prédio que exige identificação na entrada, até com foto. A PF busca esses registros.

Três testemunhas que estavam na sala, segundo seu depoimento, também serão ouvidas --e são consideradas peças-chave na apuração.

No celular de Zuleide, que agora está com os investigadores, foram encontrados diversos áudios com dirigentes do PSL de Minas, incluindo assessores de Álvaro Antônio.

Uma outra candidata, Neia Rodrigues, 37, cujo relato ainda não era conhecido, prestou depoimento e disse ter sido usada como laranja também. Ela foi ouvida em Belo Horizonte na semana passada.

Com Neia e Zuleide, já são quatro denúncias feitas sobre o esquema. A **Folha** também mostrou os relatos de [Cleuzenir Barbosa](#), 47, que disse que o ministro tinha conhecimento do escândalo, e de [Adriana Borges](#), 54, que afirmou ter recebido um pedido de um assessor de Álvaro Antônio para devolver R\$ 90 mil de dinheiro público ao partido.

Depoimentos de uma quinta e uma sexta denunciante são esperados pela polícia nos próximos dias.

O Ministério Público de Minas também investiga o caso.

Reportagem da **Folha** de 4 de fevereiro mostrou que o ministro patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas em Minas que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

De R\$ 279 mil repassados pelo PSL a quatro candidatas, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores de Álvaro Antônio.

As quatro candidatas foram ouvidas, mas negaram irregularidades ou que tenham atuado como laranjas. A investigação está sob sigilo.

O ministro tem negado participação no esquema e tem dito que seguiu a lei na eleição.